

7 - As artes do fogo

Este capítulo tem por objetivo descrever o fogo amigo como um objeto linguístico, à luz da teoria da polidez, especificamente do modelo de Brown e Levinson (1987). Num primeiro momento, discutimos a questão do fogo amigo enquanto um ato de ameaça à face. Num segundo momento, procuramos descrever as estratégias utilizadas para fazer e responder a atos desse tipo.

7.1 - Fogo amigo como um Ato de Ameaça à Face

Como foi demonstrado nos dois capítulos anteriores, o fogo amigo envolve a realização de um ato de ameaça à face positiva. No contexto da política, contudo, o reconhecimento desses atos como fogo amigo exige algumas condições específicas. A primeira delas diz respeito a uma variável não considerada na teoria de Brown e Levinson: a fidelidade à equipe. Só há fogo amigo quando um membro da própria equipe – partido base aliada ou o próprio governo – dirige um ato de ameaça a um outro membro da equipe.

Uma outra especificidade das críticas ou discordâncias vista como fogo amigo é o fato de que devem ser feitas publicamente ou diante de uma terceira pessoa – um interlocutor ou jornalista – que pode tornar o conteúdo da ameaça objeto público, reproduzindo-a para uma massa.

Uma terceira marca desse tipo de ato de ameaça à face é o fato de as ameaças não serem trocadas diretamente entre ameaçador e ameaçado. Discorda-se ou fala-se mal de alguém sempre por trás ou por meio da imprensa. A exceção que confirma a regra é o episódio em que o ministro da Previdência se recusou a confirmar uma promessa feita por Lula em entrevista ao vivo junto com o presidente, mas esse caso não expressa uma crítica, elemento clássico de fogo amigo, mas uma quebra da cooperação com a situação que deveria ser mantida pela equipe.

O grau de ameaça de um fogo amigo está diretamente relacionado ao seu potencial de repercussão. O potencial está diretamente ligado ao grau de intimidade ou lealdade esperada entre fonte e alvo; ao status dos envolvidos (por exemplo, uma representação histórica) ou poder (de perícia, de posição, de recurso) da fonte; ao conteúdo da fala ameaçadora (o quanto o que é dito implica a perda da face do outro) e,

em consequência disso, ao grau de repercussão da ameaça. Quanto mais espaço no jornal, mais desdobramentos, mais respostas, mais bombeiros, mais ameaçador foi o ato.

No governo Lula, as ameaças foram motivadas por disputa de espaço, poder e crenças; e a economia do país foi o grande campo de batalha. Isso porque foi este setor que expressou de forma drástica diferença entre a prática do PT governo e o discurso do PT oposição. Ainda que alguma mudança de conduta tivesse sido anunciada durante a campanha, notadamente no documento intitulado *Carta ao Povo Brasileiro*¹, nem seu conteúdo permitia imaginar a mudança de postura que viria, nem sua divulgação foi suficiente para apagar 25 anos de história do partido. Ninguém previa a adoção de uma política tão conservadora, como metas até mais rígidas do que as do governo anterior, tão criticado pelo Partido dos Trabalhadores. Em seu livro *a Arte da Política*, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (2006), dá um pouco da dimensão do grau de surpresa gerado pelas decisões econômicas do governo Lula.

Lula venceu Serra no segundo turno, não criei qualquer obstáculo ao futuro governo, pelo contrário, mas os mercados só se acalmaram quando, para surpresa de muitos, o presidente eleito e o novo ministro da Fazenda, o ex-deputado e ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP) Antônio Pallocci, mostraram claramente que seguiriam o curso traçado por meu governo. O primeiro sinal claro seria a designação do presidente do BC. Depois de ter tateado várias hipóteses, inclusive a da manutenção temporária de Armínio Fraga (defendida, entre outros, pelo recém-eleito senador petista pelo DF Cristovam Buarque), terminou por escolher Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do Banco de Boston, que acabara de se eleger deputado federal pelo PSDB de Goiás. Uma bela manhã, Lula, que como presidente eleito já se instalara na Granja do Torto, telefonou-me e disse:

– O presidente do BC vai ser um tucano, seu amigo.

Explicou que seria Meirelles. Em seguida passou o telefone ao próprio recém-convidado para dirigir o BC. Felicitei-o mas lembrei:

– Você terá de renunciar ao mandato e se afastar do PSDB.

Meirelles me pareceu surpreso com a segunda ressalva. Ele de qualquer maneira teria de renunciar ao mandato. Mesmo assim, indagou:

– Mas preciso também sair do partido?

– Claro – respondi. Parecia-me evidente a resposta, não apenas pela posição técnica e neutra, e portanto apartidária, que o presidente do BC deve manter, como também pelo fato de que ele passaria a integrar um governo de um partido adversário do PSDB. (Cardoso, 2006, p. 444).

⁸ Documento elaborado e distribuído pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, durante a campanha presidencial de 2001, prometendo moderação na condução da economia. Para mais detalhes, veja a íntegra em anexo do fim deste trabalho.

Essa mudança na passagem da teoria à prática, do posto de oposição ao de governo, que colocou o controle da inflação e o saneamento das contas públicas acima das metas sociais defendidas historicamente pelo partido, foi a principal geradora de conflito que resultou em fogo amigo. E a taxa básica de juros é o símbolo máximo dessa política, porque juros altos inibem consumo e com as estoques cheios não há espaço para aumento de preços. O problema é que essa política contém a inflação, mas também segura novos investimentos que criam empregos, aumentam salários e fazem o país crescer. É uma relação de causa e efeito abrangente, direta e muito mais fácil de ser compreendida pela população do que as conseqüências do superávit primário² elevado, os efeitos do câmbio valorizado sobre as exportações ou o ajuste fiscal de longo prazo, temas também presentes no fogo amigo. Exatamente por isso, o juro foi o tópico mais freqüente nas interações analisadas no presente trabalho e chegou a virar cantilena nas entrevistas do vice-presidente, José Alencar, o empresário bilionário que nunca abriu mão de ser também o caipira que fala a língua do povo.

7.2 - Estratégias de Realização do AAF

No jogo de movimentos dessa delicada e instigante interação que é o fogo amigo político realizado pela imprensa, é possível identificar uma organização dessa conversa à distância. O primeiro movimento é o ataque, feito pelo autor do ato de ameaça. O segundo é o contra-ataque, a reação de quem recebe a ofensa. O terceiro é o reparo à ameaça à face do ofendido. Esse ato pode ser feito pelo próprio autor da ameaça ou por uma terceira pessoa, dotada de tanto ou mais poder que os participantes da interação. Abaixo apresentamos algumas dessas possibilidades:

- (i) **Ataque** : Um dos exemplos é a nota do PT criticando o governo Lula (governo/ partido)
- (ii) **Ataque/ contra-ataque**: Pode dar ao ofensor a chance de corrigir a ofensa e restabelecer a ordem expressiva. ofendido reage à ameaça mas não obtém uma reparação. Quando Alencar chamou o Banco Central de incompetente, Henrique Meirelles reagiu, disse que o BC era competente sim, mas usou uma estratégia de negação que já buscava encerrar a questão, dizendo que não via críticas nas palavras de Alencar. O vice não recuou das críticas.

² Sobre superávit primário ver nota na página 10

Também no início do governo, quando o PT criticou a política econômica e Palocci devolveu: *“se tiverem sugestão de como fazer melhor, estamos abertos”*. Uma fala aparentemente polida, mas que ao mesmo tempo mostrava que seus críticos não tinham idéias melhores. Um terceiro exemplo de contra-ataque mais direto foi a reação de Heloisa Helena ao ser chamada por José Dirceu: *“o ministro é injusto”*.

(iii) ataque / contra-ataque/ reparação própria ou de terceiros: o autor faz uma crítica, o ofendido reclama e o ameaçador recua. Gilberto Gil ofendeu Hélio Costa, que revidou. Gil apresentou reparações. Já quando Lessa ignorou a autoridade de Furlan, o ministro não disse nada. O contra-ataque veio do presidente: *“Lula avisa Lessa que quem manda é Furlan*. Também no episódio do “vagabundo”, Mantega, o ofendido, se calou, mas o ministro Rodrigo foi chamado a dar explicações ao presidente Lula. Já ministro da Fazenda, Mantega, esteve na posição contrária depois de fazer comentários divergentes à ata do Copom, do Banco Central. O presidente usou um discurso para dizer que as divergências estavam desautorizadas. Dias depois, o ministro disse que só agora só falava do BC para fazer elogios. A participação de terceiros também ocorreu quando Dilma atacou Palocci e Mercadante interveio com reparo e contra-ataque. Ele tenta negar o problema, depois alfineta Dilma ao dizer que a crítica veio fora de hora e reforça que a opinião de Palocci vai continuar prevalecendo:

“Não há nenhum tipo de briga. Há um diálogo e uma disputa sobre as concepções, como ocorre em todos os governos. Mas há situações nesse debate que ganha conotação inoportuna, como agora, em que Palocci sofre ataque frontal. O momento é muito delicado....O governo não vai enveredar pelo caminho da ganância populista”

(iv): ataque/ contra-ataque/ reparação com aceite ou recusa: o autor faz uma crítica, o ofendido reclama e o ameaçador recua. Ocorreu, por exemplo, no episódio em que Dilma Rousseff chamou de rudimentar o trabalho da política econômica. O ministro Paulo Bernardo reagiu e mostrou toda sua insatisfação. A ministra tentou reparar disse que se confundira com as palavras. O ministro aceitou.

A seguir, apresentamos algumas das estratégias usadas para cada fase dessa conversa, ressaltando o modo como a identidade do autor pode influir na preferência por determinadas estratégias.

7.2.1 - Estratégias de ataque

Como ato de ameaça à face positiva, o fogo amigo se realiza essencialmente por meio de uma crítica ou discordância pública, sempre com objetivo de lançar luzes sobre uma conduta desviante. É tênue a linha que diferencia a discordância da crítica, posto que praticamente toda crítica implica ou resulta de uma discordância. No nosso corpus, é possível identificar características que deixam o ataque mais voltado para atributos pessoais ou para a face de competência. É pessoal o “vagabundo”, usado por Roberto Rodrigues para se referir a Guido Mantega. Rodrigues não teve a intenção de dizer que Mantega não trabalhava, apenas de ofender. Chamou de vagabundo como poderia ter chamado de idiota ou sem vergonha. Também é voltado para os atributos pessoais, para o caráter, o “injusto” usado por Heloisa Helena ao falar de José Dirceu.

Em outros episódios, a ameaça foi mais direcionada à face de competência, como no “rudimentar” usado por Dilma Roussef para qualificar o trabalho dos colegas da equipe econômica, ou o “pesadelo” usado também por Lessa para se referir à gestão de Henrique Meirelles no Banco Central. Há ainda ataques mais direcionados a uma proposta, a um modo de fazer, usando dados precisos, números, explicações quase científicas para por em xeque a competência do outro. Foi o que ocorreu quando Luiz Fernando Furlan criticou a condução da política econômica. *“O problema é que a maior parte da inflação brasileira é causada pelas tarifas públicas e pelos preços reajustados por contratos. Contra esse segmento de preços administrados não adiantam juros altos.. Contra a inflação assim produzida, a política de metas não é eficiente”*. O mesmo tipo de crítica também aparece na fala de Furlan contra a política externa adotada pelo país. *“Há setores do governo que ainda não entenderam que o grande mercado a abrir é o de países ricos. Os Estados Unidos importam US\$ 1, 3 trilhão por ano e nós só vendemos para eles US\$ 20 bilhões. Um acordo com a União Européia teria um enorme efeito de demonstração. Mas demos prioridade para fechar acordos limitados com o Grupo Andino e com mercados poucos expressivos”*. Há um subtexto que coloca em xeque, rejeita a face de competência da equipe econômica, como se dissesse: eles não são competentes, são ignorantes.

A discordância aparece sempre associada ou como ato contínuo de crítica e pode ser entendida como uma variante da crítica, posto que discordar do autor da ameaça mostra que o outro não tem a face de competência reivindicada. A sutileza da discordância é tornar mais clara a questão da disputa por espaço no poder, porque confronta idéias diferentes sobre o mesmo tema defendidas por membros da mesma

equipe. É o que ilustra fala de José Dirceu após mais uma decisão do Banco Central de elevar os juros. *“Não existe uma razão estrutural para a permanente alta das taxas de juros”*. E depois prosseguiu: *“Se deixarem (os membros da equipe econômica) fazem o superávit primário de 7%, juros de 20%. Isso é uma disputa política. Não falar isso é faltar com a verdade para a sociedade”*.

O ataque no fogo amigo busca chamar a atenção para uma conduta desviante e ataques são feitos com estratégias de abrandamento (polidez), que levam a fazer o ato reparando. Vejamos a seguir algumas das principais estratégias de ataque:

i) Dissociação do alvo da ameaça (TU) : impessoalização (Eu /Tu estruturas sintática: passiva, nominalização, indeterminação), desfocalização (objeto como sujeito em voz ativa).

O foco dessa estratégia está na segunda pessoa, o Tu. É não citar o nome da pessoa a quem é dirigida a ameaça. A ausência do nome diminui o grau de risco do ataque, reduz a diretividade, porque tira de cima do ameaçado a responsabilidade direta pelo fato do qual se discorda e abre margem a possíveis estratégias de reparo. Funciona como prática protetora e defensiva. Assim, os atos de ameaça à face dos “companheiros” de equipe são direcionados a idéias, propostas, a conceitos econômicos, notadamente à taxa básica de juros, mas raramente a pessoas, ainda que sejam claramente perceptíveis as pessoas atrás das idéias. Então, Alencar diz que as taxas de juro são um equívoco, não que as pessoas que as determinam são equivocadas: *“O problema maior do Brasil é que as taxas de juros praticadas para combater a inflação são um equívoco, porque a inflação não é demanda, é de custo”*

A citação do nome, quando ocorre, aumenta muito o risco da ameaça tanto para quem recebe quanto para quem faz a crítica. Exemplo clássico é o episódio da demissão de Carlos Lessa da presidência do BNDES. Enquanto falou contra a política econômica, a taxa de juros, o economista resistiu no cargo, por mais que suas falas fossem incômodas. Quando ultrapassou esses limites e deu nome ao seu alvo, disse que a gestão de “Henrique Meirelles no Banco Central é um pesadelo”, perdeu o emprego.

É interessante traçar um paralelo entre este episódio e o ataque feito pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues quando chamou de “vagabundo” o então ministro do Planejamento Guido Mantega. A reprodução na mídia se fez pela manchete “Rodrigues chama Mantega de vagabundo” e indica que o ministro da Agricultura também citou nominalmente o colega, numa ameaça tão ou mais agressiva do

que aquela feita por Lessa. E Rodrigues não caiu. Há, contudo, uma série de diferenças entre os dois episódios. Rodrigues não falou diretamente à imprensa, mas teve suas falas reproduzidas na imprensa via informações de terceiros e se apressou a negar ter feito tais afirmações. Ele foi rápido em usar estratégias de reparo à face de Mantega, divulgou nota para lamentar o ocorrido, negar a ofensa e colocar a culpa de tudo na burocracia. Foi um comportamento bem diferente do de Lessa, que não recuou da crítica feita, não fez reparação e além de tudo era reincidente na prática, apesar de todas as advertências que já tinha recebido do próprio presidente Lula.

Há ainda uma terceira diferença, talvez a mais significativa delas, que é o poder dos participantes da interação, variável fundamental para definir o grau de risco do ato. Rodrigues, mesmo sendo ministro, nunca teve o mesmo poder, expressão pública, importância histórica no PT e espaço na mídia que Carlos Lessa. Da mesma forma, Guido Mantega., quando ministro do Planejamento, não tinha a mesma importância e o mesmo poder para estrutura do governo que Henrique Meirelles. A identidade do autor é fundamental porque define o poder de fogo da crítica. Tanto é assim, que as críticas feitas pelo então ministro José Dirceu, que na maioria das vezes preferia falar nos bastidores, nos encontros fechados, nem por isso deixavam de repercutir. Tinham espaço na imprensa e causavam mal-estar no governo. O que elas perdiam por causa da estratégia de indiretividade adotada pelo ministro era compensado pelo poder que Dirceu tinha no governo. Da mesma forma, as respostas ameaçadoras de Palocci aos ataques recebidos, também dadas preferencialmente pela estratégia de mandar recados por terceiros sem expor a própria face, eram potencializadas pelo poder do ministro. Daí porque as críticas do vice-presidente José Alencar a Palocci e demais integrantes da equipe econômica terem sido bem mais suportadas e admitidas pelo presidente Lula do que, por exemplo, os ataques da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff contra o mesmo alvo.

De acordo com a teoria de Brown e Levinson (1987), quem tem poder pode ser direto e usar menos das estratégias de polidez visto que sua face não ficará ameaçada. Nos casos em questão esta regra não se aplica em sua plenitude. Dirceu e Palocci eram os ministros mais poderosos do governo e também aqueles que mais usavam de estratégias de indiretividade. Uma explicação possível é a variável pertencimento à equipe. Como no contexto do fogo amigo o AAF é dirigido contra alguém da equipe a que também pertence o autor da ameaça, ele corre o risco de ser atingindo ainda que modo indireto, seja pelo estrago à sua equipe, seja pela possível imagem de traidor do grupo, desleal aos colegas. Assim o mesmo poder que credencia a fazer

ameaça, impõe mais cuidado, porque a importância que possui na equipe aumenta o calibre de seu ataque e pode prejudicar a equipe num nível não desejado. Quando Alencar critica os juros altos, o efeito negativo ou o risco que essa ameaça traz para o governo é um. Alencar é o vice-presidente, mas não tem grande poder de fato. Além disso, é dono de uma identidade singular, caipira, quase engraçada. Pode falar mal dos amigos sem gerar maiores problemas. Mas se José Dirceu atacasse o governo com a mesma diretividade, dissesse que o juro que se pratica no país é um crime, um pacto com o diabo, ou que o Banco Central é incompetente, o resultado seria outro. Por causa de sua identidade de animal essencialmente político e de ministro todo-poderoso, se expressasse tais opiniões, Dirceu teria de abandonar a equipe ou a credibilidade do trabalho da equipe ficaria irremediavelmente comprometida..

Ainda como exemplo do quanto a nominalização das vítimas aumenta o calibre do fogo amigo é impossível não citar as de Roberto Jefferson ao denunciar o mensalão. “*Genoino, Marcelo Sereno, Delúbio Soares, Zé Dirceu, que sempre soube de tudo. Várias vezes eu conversei com o Genoino e com o Delúbio no gabinete do ministro Zé Dirceu. Tudo era tratado com o conhecimento dessas pessoas e do Silvio Pereira. Isso no início do governo. Há uma sala contígua à do ministro Zé Dirceu no Palácio do Planalto e de vez em quando, nós fazíamos essas conversas*”. Há ainda a fala que se tornou uma das mais marcantes de todo o escândalo: “*Dirceu, se você não sair daí rápido, vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula. Sai rápido daí, Zé*”. Esta afirmação também abre uma série de graves acusações feitas por Jefferson contra Dirceu, muitas delas já na condição de não membro da equipe governo Lula e, talvez por isso, mais diretas e pesadas, dando nome não só o criminoso, mas também o crime cometido. Como no exemplo a seguir, abre da editoria de Política do *Estado de São Paulo* de 3 de agosto de 2005: “Dirceu mandou pedir dinheiro à Portugal Telecom, diz Jefferson”.

Watzlawick (1967) mostra que uma comunicação pode implicar a confirmação, rejeição ou desconfirmação do eu do outro. A rejeição é uma resposta penosa, mas pressupõe pelo menos a reconhecimento parcial ou limitado do que está sendo recusado. Já a desconfirmação nega a realidade da pessoa. A rejeição equivale à mensagem “você está errado”. A desconfirmação diz com efeito, “você não existe”. Foi exatamente o que fez Carlos Lessa ao afirmar “*Furlan, não conheço*” para se referir ao chefe direto que não gostou na sua escolha para a presidência do BNDES.

ii) Minimização do Ato (ELE): estratégia de polidez positiva (levanta aspectos positivos + AAF) ; uso de modificadores de enfraquecimento da força (hedges).

Num estudo sobre debate eleitoral, Blas-Arroyo identifica como falas características da mitigação alguns indicadores de amizade tais como “me desculpe por dizer isso”, “lamento estar em desacordo” ou “me desculpe dizer isso, porque não quero dizê-lo de uma maneira agressiva ou ser ofensivo, mas a verdade é que”. E chama a atenção para a evidente falta de sinceridade de tais expressões. A estratégia foi utilizada por Carlos Lessa para ameaçar Palocci: *“Eu não tenho nenhum problema com Palocci. Eu o acho até uma pessoa agradável, muito cordial e de trato humano muito agradável. Eu só não concordo com certas apostas que estão sendo feitas. Uma delas, por exemplo, é a de apostar na cooperação do investimento estrangeiro”*.

.Expressões como: na minha opinião, a meu juízo, me parece, imagino e penso, ajudam a evitar a impressão de que o locutor está impondo uma opinião. Abrem espaço para uma opinião diferente, quando o falante não tem certeza de que sua opinião será adotada. É assim uma estratégia que ameniza o teor de imposição e tenta evitar que o interlocutor perceba que sua face foi ameaçada Blas-Arroyo (2003) diz que no contexto político, o uso dessa estratégia mostra a intenção do falante de apresentar uma aparência verbal polida. E o destinatário da estratégia não é o político envolvido na interação, mas audiência. “Essas declarações não carregam qualquer vestígio de polidez, são produzidas de maneira egocêntrica e não tem como objetivo proteger a face do interlocutor” (Blas-Arroyo, 2003). No caso do fogo-amigo brasileiro, estratégias de redução de imposição foram usadas para justificar uma quebra de unidade da equipe e defender a própria face com a garantia que a equipe estava mantida. Alguns dos melhores exemplos são observados nas falas do ministro José Dirceu. Nos poucos episódios em que expressou publicamente sua discordância das taxas de juros, ele fez questão de deixar claro que aquilo era apenas a sua opinião pessoal e que, na prática, prevaleceria sua condição de membro de equipe. *“Sou um ministro de Lula, apóio as decisões tomadas”* ou *“Eu tenho que tomar cuidado porque sou um ministro do governo Lula e sou bastante disciplinado”* ou ainda: *“Essa não é a opinião de quem tem o poder de tomar a decisão legal”*.

iii) Indiretividade (EU): metáfora, contradição.

Para seguir a máxima da qualidade preconizada por Grice (1975) a pessoa teria que assumir a sinceridade do ataque. Isso coloca um problema para sua pró-

pria face. Um modo de dissimular o fato de o falante realmente quer fazer o ataque é usar metáfora e contradição. É sim e não juntos. É a crítica seguida do elogio, são as idéias que se contradizem, seguem direções opostas. Ninguém usou essa estratégia mais do que o mineiro José Alencar nos ataques a Palocci: “ *O Brasil não agüenta mais essas taxas de juros. Elas sacrificam a economia não só pelo custo que representam na rolagem da dívida, mas também pelo entrave ao desenvolvimento*”. E continuou na mesma entrevista: “*Há pouco tempo o ministro da Fazenda disse que os juros altos são remédio e a doença é a inflação. Diagnóstico e receita estão corretos. A inflação deve ser contida e não é possível fazer isso sem sacrifícios*”.

As contradições de Alencar foram exploradas pela imprensa, como mostra a *Folha de São Paulo*: “*Alencar se diz afinado com Palocci, mas depois ataca BC*”. “*Nós estamos rigorosamente afinados. Estamos no mesmo barco. Assino qualquer medida proposta pelo presidente (sic) Palocci, que é um craque, é um homem de bem, e eu não tenho dúvida nenhuma de que o Brasil está muito bem entregue*”, disse Alencar ao lado do ministro. Depois que Palocci saiu, o vice disparou:.. “*o que eu tenho falado não é uma opinião superficial minha, isso é uma opinião de todas as pessoas que têm um mínimo de conhecimento das coisas. O Brasil precisa voltar a crescer. É absolutamente essencial que o Brasil volte a crescer. Faça investimento. Para isso tem que haver condições*”, declarou.

Além de expressar um comportamento contraditório dentro da mesma entrevista, o comportamento de Alencar também materializa outra característica marcante do fogo amigo, citada no início deste capítulo, que é a crítica feita sempre na ausência das pessoas. Na presença de Palocci ele o elogia; o colega vira as costas, ele retoma os ataques.

As metáforas são formas indiretas de dizer alguma coisa, cujo risco o faltante pode não estar disposto a assumir. Como implicam uma interpretação de sentido, a responsabilidade pelo significado produzido é transferida ou dividida com o receptor, como em todas as formas de indiretividade e ainda remetem a um universo ou grupo de idéias específicas. Os exemplos mais ricos são os ataques de José Alencar aos juros fixados pelo Banco Central. Quando ele diz que os juros são um assalto, abre margem a dizer que esse governo ou quem fixa esses juros é assaltante ou ladrão, mas ele não disse isso e, se pressionado, tem a possibilidade de afirmar que não disse e nem quis dizer isso. Se os juros são um crime, então o governo é criminoso. Da mesma forma quando diz que o governo fez um pacto com o diabo, o vice-presidente deixa em aberto e não assume o risco de dizer quem é o diabo. “Às vezes a imprensa pergunta: E quem é o diabo? O diabo é o diabo”. O fato é que as

metáforas de Alencar remetem à história pessoal de quem já sofreu, já se sentiu roubado pelos juros altos, seja no empréstimo tomado do irmão na juventude seja com o crédito bancário como empresário. E ainda ajudam a construir uma face de defensor daqueles que sofrem com juros altos.

Outro bom exemplo são as falas da senadora Heloisa Helena. Quando afirma: *“Na oposição éramos pit Bull e, quando viramos governo, temos que ser poodle de madame”*, ela está dizendo o quanto o PT mudou ao se tornar governo, como trocou sua ferocidade pela mansidão do poder. Helena exagera na dramatização, usa palavras mais fortes que o contexto parece pedir porque, na verdade, mais do que o assunto tratado no momento, o que suas falas expressam é sua dor com a mudança do partido. A dramatização é fundamental como estratégia de envolvimento. Produz um efeito mais forte. *“Não sinto neste projeto nada que procure resolver a dor dos excluídos, dos marginalizados e dos filhos da pobreza”*, ou a transformação da *“base de sustentação para ser base de bajulação do governo”*

7.2.2 – Estratégias de contra-ataque

Uma vez realizado o ato de ameaça à face, a pessoa que foi vítima do fogo amigo, mesmo que não tenha tido seu nome citado expressamente, pode responder ao AAF. Esse movimento pode dar ao ofensor a chance de corrigir a ofensa e ao ofendido a possibilidade de marcar pontos. Isso abre duas possibilidades: estou acima, ou quem é você, evito ou se abrando o fogo amigo. Suas principais estratégias são:

(i) Evitação: manobras defensivas: não atacar, empregando discrição, resuscitando-se a falar ou colocando terceiros para falar. A opção por não fazer um novo ato de ameaça é uma estratégia que dá a vítima um status superior de quem não bate-boca, não se coloca no mesmo nível do autor da ofensa. Foi a estratégia usada, por exemplo, por Guido Mantega ao ser chamado de vagabundo por Roberto Rodrigues. *“Mantega recusou-se a falar do incidente”*. O não falar traz ainda a vantagem de deixar ao ouvinte a liberdade de imaginar o que o ofendido está sentindo, sem que este precise arcar com o risco de fazer uma ameaça a seu ofensor. Foi a opção de Luiz Fernando Furlan quando perguntado se a substituição de Carlos Lessa por Guido Mantega, na presidência do BNDES, teria sido influenciada por divergências entre os dois. Furlan evitou avançar na ameaça e jogou a responsabilidade para ouvinte: *“Sigo*

as orientações o presidente da República. Com o Mantega não tenho divergências. **Tire você as conclusões**”

O silêncio também era estratégia preferencial – pelo menos oficialmente – do ministro Antonio Palocci Filho que, até mesmo quando interrogado oficialmente sobre as críticas recebidas, como em depoimentos no Congresso, preferia evitar o embate: “*Sobre fogo amigo posso não responder? Não quero falar não*” .

Na prática, muitas vezes, Palocci não evitava fazer o ato, ele apenas deixava “vazar” por meio de terceiros o que parecia uma confidência. Foi, assim, por exemplo, que a opinião pública “ouviu” a reclamação: “*Em conversas reservadas, o ministro (Palocci) afirmou que vem sendo alvo não apenas da oposição e do Ministério Público como de ‘fogo amigo’ no Planalto. Sente-se fragilizado... Avalia que no governo o contraponto à política econômica não deveria se tornar público*”. A estratégia também foi a preferida de José Dirceu na etapa inicial do governo, quando não utilizou a imprensa para fazer fogo amigo, mas fez críticas em discussões internas que invariavelmente chegam aos jornais pelo relato de terceiros.

(ii) Descaracterização do ato: negação da ameaça (não existiu) ou reenquadramento positivo da ameaça (existiu mas é algo positivo, uma sugestão). Foram as tentativas de salvar a face da equipe fazendo parecer que o ato de ameaça não foi realizado ou não gerou o impacto suposto. Essa estratégia objetiva mostrar que não houve um comportamento discrepante por parte de um membro da equipe. Aliás, essa foi uma das reações mais frequentes das vítimas de fogo amigo. Na linha de que a melhor forma de diminuir uma ofensa é fingir que ela não existiu, o ameaçado tenta desmerecer a atitude do agressor, como criança que apanha e revida dizendo “não doeu, não doeu”. Até o ministro Paulo Bernardo que reagiu com clara irritação quando a ministra Dilma Rousseff chamou de rudimentar o projeto que desenvolvia junto como ministro da Fazenda, acabou usando a estratégia. “*A Dilma talvez não tivesse esse objetivo (de o atacar). Ela foi infeliz. Ela me disse que ficou chateada e que não era o que ela esperava da matéria. Ela usou as palavras de maneira enfática. Não vejo maldade nas declarações dela. Acho que ela não teve a intenção de bater. Para mim foram palavras mal colocadas. Agora é lógico que isso sempre atrapalha*”. Como podemos ver, o ameaçado coloca em dúvida a intenção de ameaça da fonte, preferindo justificar o fogo pelo uso de um estilo enfático, sem tato. Não havendo ofendido, não há ofensa.

A estratégia da negação também foi muito adotada por Antônio Palocci, o alvo preferido do fogo amigo. Diferentemente de Dilma, Palocci não usa “palavras enfáticas ou mal colocadas”. Ao contrário, exhibe um talento nato para obedecer ao princípio de preservação das faces. Numa das vezes em que foi questionado sobre as críticas do vice-presidente José Alencar, ele perguntou: “*Que críticas?*” e explicou que encarava as “*palavras*” de Alencar como contribuições para um debate necessário para o país. E ainda usou de polidez positiva para a face do ofensor, certamente com quebra da máxima da qualidade. “*Vocês sabem o quanto eu admiro o nosso vice-presidente José Alencar, o quanto ele te sido importante para o nosso governo e para somar esforços no grande desafio do crescimento do Brasil*”. Mais uma vez, há um reenquadramento do AAF. No lugar da crítica, vemos contribuições; no lugar da divisão da equipe, a união por um objetivo maior – o crescimento do Brasil.

Palocci também usou a mesma estratégia quando foi interrogado no Senado sobre as críticas recebidas da ministra Dilma Rousseff. “*A ministra Dilma fez uma divergência política, não pessoal. Não me considero agredido*”. O reenquadramento agora é por diferenciação entre divergência política – decisão do presidente, do grupo, das circunstâncias externas – e não pessoal. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também tentou se fazer de desentendido diante de uma das ameaças mais diretas feitas por José Alencar, no episódio em que o vice disse que equipe não era competente: “*Na leitura cuidadosa das declarações (de Alencar), o que existe é algo um pouco diferente, é quase um chamado, um apelo no sentido de que se trabalhe pela redução dos juros no longo prazo. Francamente não entendi nenhuma crítica nesse sentido (de faltar competência ao BC)*”. Ainda que com uma falta de sinceridade (máxima da qualidade) tão evidente, que o próprio falante tenta justificar, com um “*francamente*”, há o reenquadramento. O que era uma ameaça à competência do BC se torna um apelo para que a equipe do BC trabalhe pela redução dos juros. Não reconhecendo a crítica, o ofendido apaga o fogo.

Outra forma de fugir à polêmica era enquadrar a crítica dos companheiros como sugestões a que ele estaria aberto: “*Se tiverem sugestão de como fazer melhor, estamos abertos*” disse Palocci depois de ter sua proposta para política econômica bombardeada pelos companheiros do PT.

iii) Desqualificação do ato e do crítico através de indiretividade: o ato criticado tem o apoio de um poder maior. No contexto do fogo amigo, em que membros de uma mesma equipe, muitas vezes com cargos equivalentes, se confrontam para disputar espaço, poder e convicções, há uma estratégia de reação caracterizada pela tenta-

tiva de legitimizar o ato questionado. Isso se dá pela reivindicação de proximidade com o poder maior do grupo, a liderança inquestionável da equipe, o presidente Lula. É como se dissessem: não sou eu quem está decidindo isso é o presidente. Ou, o meu colega de equipe discorda de mim, mas o presidente acha que eu estou certo. Não foram poucas as vezes em que colocadas em xeque pelo fogo amigo, as vítimas reagiram legitimando sua atuação com o aval do presidente. *“Estou muito confortável porque o projeto foi reafirmado pelo presidente Lula. Não há sinais do presidente de que a política econômica vai mudar”* disse Palocci ante as críticas de Dilma Roussef.. Guido Mantega também usou e abusou do recurso, fazendo sempre questão, inclusive nas entrelinhas, de deixar clara a sua proximidade, seu alinhamento com o presidente para explicar situações que poderiam deixá-lo fora de face. Foi, por exemplo, o argumento que usou quando, empossado no Ministério da Fazenda, precisou mudar a face de crítico da política econômica para virar o defensor daquilo que vinha criticando ou, nas palavras do ministro, *“vestir novo figurino”*. *“A política econômica não mudará. A política econômica é a política econômica do presidente Lula”*. Por sua vez, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também usou figura de Lula para explicar sua permanência no cargo, depois da nomeação de Mantega, seu desafeto, para o Ministério da Fazenda. *“Estive com o presidente Lula. Ele reafirmou mais uma vez a autonomia do BC”*.

(iv) Ataque: bateu – levou. É a mais arriscadas das reações do fogo amigo e pode ser realizada de três maneiras:

- a) **Mais abrandada: expressão da insatisfação mais pedido de reparo.** O ofendido expõe publicamente sua insatisfação com a atitude do outro, a pessoa que reclama revela a desaprovação em relação a um comportamento. O ato de reclamar é uma ameaça à face que implica ao reclamado o papel de incompetência ou irresponsabilidade do ponto de vista social. Leech (1983) afirma que a reclamação inclui atos de ameaçar, acusar, amaldiçoar, e repreender. Trosborg (1994) enumera como etapas da reclamação a crítica, a expressão de desaprovação, acusações e atribuição de culpa. E observa que a reclamação envolve sempre uma tentativa de obter reparação pela ofensa sofrida e de evitar a repetição do ato ofensivo. Foi uma reclamação o que o fez o ministro do Planejamento Paulo Bernardo ao expor sua insatisfação com as críticas de Dilma Roussef: *“Achei ruim mesmo... Precisamos conversar”*. No mesmo episódio, Palocci também reclamou pelos jornais, com o próprio presidente e até ameaçou se demitir do cargo, mas somou à reclamação o uso dos bastidores.

- b) **Menos abrandada: faz acusação para desqualificar o agressor, que também pode ser uma justificativa que o ataque sofrido.** Foi assim a resposta da senadora Heloisa Helena a críticas de José Dirceu: *“O ministro foi extremamente injusto e agiu com uma maldade seletiva, ao falar que eu não fiz campanha para o Lula. O PMDB e o PSDB, que fizeram tudo para impedir a eleição do Lula não tem sido tratados com a mesma truculência”*.
- c) **Não abrandada: acusação sem reparo.** O ofendido revida com um ataque tão ou mais intenso do que a ameaça recebida e põe em risco a continuidade da equipe. Por isso mesmo é a reação que os demais integrantes da equipe, no papel de “turma do deixa disso”, procuram evitar. Ocorreu por exemplo, quando o Paulo Bernardo disse que *“O PT tem baixa credibilidade. É um erro a crítica”* em respostas às críticas do partido à política econômica. Outro caso ilustrativo foi a de Helio Costa, que entre outras coisas, chamou o ministro da Cultura de Gilberto Vil, em resposta à leitura do cordel que o acusava de “falar bosta”.

7. 2.3 – Respostas ao contra-ataque

Na vida social, quando alguém comete uma ofensa deve tentar corrigi-la para reduzir o mal causado ao ofendido São movimentos corretivos que implicam pedido de desculpas e explicações.

(i) admite a ofensa através de um pedido de desculpas e minimiza a responsabilidade de ofensor fornecendo informações que o evento fugiu do controle Goffman (1967) aponta desculpas como um comportamento apropriado da vida em sociedade. Brown e Levinson (1987) conceituam desculpas como atos de ameaça à face positiva do falante e estratégias de reparação de ameaça à face do ouvinte. Seu objetivo recuperar a face reivindicada pelo falante, eliminando os efeitos de ações consideradas ofensivas, impróprias ou danosas. Os autores dividem essa estratégia em dois grupos:

a) desculpa implica potencialmente um ato de ameaça à face positiva do falante que assume ter realizado o ato de ameaça e lamenta por isso.

b) *excuse* implica potencialmente um ato de ameaça à face negativa do falante, que se vê obrigado a apresentar uma explicação para os seus atos.

Tavuchis (1993) avança ainda mais na distinção entre os dois tipos de correção e considera que desculpas envolvem confissão da ofensa e expressão de arrependimento e remorso pela ação. Implica arrependimento, oferecimento de reparo, a autopunição, o sentimento de vergonha ou promessa de correção. Através das desculpas, pede-se perdão e rendição para algo que não é razoável, justificável. Já *excuses* são uma defesa, uma justificativa, uma forma de pedir à parte ofendida para ser compreensível, porque algo ou alguém foi o verdadeiro responsável pela ofensa. Ao justificar-se, o ofensor desvia a atenção para categorias convencionais de causalidade como incapacidade, acidente, ignorância ou coerção e tira de si a responsabilidade pela ofensa. *Excuses* seriam assim uma forma mais branda de correção posto que o ofensor não assume a responsabilidade pela ação danosa.

O fato é que toda vez que ocorre uma ofensa sem que o autor tenha o claro objetivo de partir para uma guerra declarada contra a vítima – e assumir os riscos das hostilidades futuras que lhe possam ser dirigidas (Goffman, 1967) – o ofensor pode ou pedir desculpas pelo ato, apresentar explicações ou transferindo a responsabilidade do seu ato para um terceiro. Também na política, o ofensor se preocupa, em função da repercussão dada pela mídia ao AAF, em salvar sua face. Um dado ilustrativo sobre o grau de ameaça à face do falante que faz um pedido de desculpas ou *excuses* é o fato de que entre todos os episódios de fogo amigo deste estudo, apenas um teve pedido público de desculpas. Foi feito pelo ministro Gilberto Gil a Helio Costa, depois do episódio do Cordel do Fala Bosta.

- Quero pedir desculpas ao ministro Hélio Costa, se ele tomou como ofensa. Se soubesse o conteúdo do texto, por uma questão de delicadeza, nem teria lido. Não foi intencional, foi totalmente por acaso. Foi um ato democrático de ecoar qualquer voz.

Não se pode, contudo, classificar a fala de Gilberto Gil de desculpas, no sentido como a definiram Brown e Levinson (1987) e Tavuchis (1993). Apesar do uso da expressão do ato (pedir desculpas), o ministro não assume responsabilidade nem se mostra arrependido. A estratégia de reparo usada pelo ministro da Cultura funde um pedido de desculpas com um de *excuses*, já que ele afirma que não foi intencional e põe a culpa no seu desconhecimento do conteúdo do texto. Antes de pedir desculpas, Gil já havia usado outros argumentos para justificar sua atitude: “Era uma visão agreste, árida sobre o tema, mas eu estava numa aula sobre comunicação, sobre democracia”, ou seja, não cabia ali uma censura.

(ii) negação da ofensa e/ou da responsabilidade: Independentemente da diretividade do ato de realização da ofensa, o autor procura negar a ofensa. Foi o que aconteceu por exemplo, quando o Partido dos Trabalhadores divulgou nota oficial pedindo redução das taxas de juros e afirmando que o país “não pode e não vai” apriacionar seu futuro “na camisa de força” da dívida pública. “*Recusamos em absoluto a proposta de déficit zero*”, diz um trecho da nota. “O que atrapalha Lula não é o PT. É a política de juros escorchantes e o superávit sem noção”, afirmou Joaquim Soriano, secretário-adjunto do partido. Divulgada a nota, Ricardo Berzoini, presidente do PT, afirmou: “*Não há crítica à política econômica*”.

Outra possibilidade é negar ter realizado a ameaça. Nos ataques realizados pela imprensa essa opção, na maioria das vezes, é eliminada pela existência de fitas gravadas. Mas foi usada, por exemplo, por Roberto Rodrigues ao negar que tenha chamado Mantega de vagabundo. A publicação do ataque não foi resultado de uma entrevista e sim de um desabafo do ministro num encontro com parlamentares. A estratégia de negação também foi usada por Dilma Roussef no episódio em que chamou de rudimentar o trabalho dos colegas: a ministra negou responsabilidade, dizendo que se atrapalhou com as palavras, porque na verdade queria dizer incipiente. Outro recurso para negar a responsabilidade foi usado por Gilberto Gil que, depois do Cordel do Fala Bosta, alegou que não tinha lido o poema antes; logo não poderia ser responsabilizado, porque não era o autor do texto e não conhecia previamente seu conteúdo.

Ainda na linha negando a existência da ofensa, o autor da ameaça defende o direto à discordância como algo saudável, inerente à democracia ou como uma característica pessoal que não pode ser abandonada. “*Sempre critiquei, a minha vida inteira. Acho que as críticas contribuem. Tenho compromisso com a minha história de vida ... O dia em que eu perder minha coragem, peço desculpas e volto para casa*” disse José Alencar. O recurso também foi usado por Berzoini para justificar o fogo amigo do PT: “*Não há clima de acirramento. Trata-se de uma avaliação política*”.

Ao comentar a briga entre Dilma e Palocci, José Alencar também atribuiu a discussão à democracia: “*O que há é que este é um governo democrático e o presidente Lula faz questão absoluta de que todos nós, ministros, tenhamos o direito de expressar o que pensamos sobre qualquer assunto*”. A democracia acaba sendo usada para tentar justificar falhas no comportamento adequado como membro da equipe. A participação na equipe implica poder falar tudo desde que seja nos bastidores. Na fachada a equipe tem que ter um desempenho único, sem discursos discrepantes, e isso

independe de se estar numa democracia. A estratégia de justificar também foi usada por Dilma no mesmo episódio: *“Na tentativa de pôr panos quentes no debate, Dilma telefonou para Palocci e para Bernardo. Disse que não teve a intenção de ser rude na entrevista, mas apenas fazer um contraponto, já que na sua opinião, seu papel é exatamente esse”*.

Outro caminho é transferir a responsabilidade do ato criticado para fatores externos. O autor da ameaça refaz sua fala para afirmar que a responsabilidade pelo fato que critica não é do ofendido, mas sim de um elemento externo ao grupo. Rodrigues depois de ser referir a Mantega como “aquele vagabundo que nem me recebe” justificou até a atitude do ministro em não recebê-lo, dizendo que ele devia agir assim mesmo porque era muita gente pedindo coisas. E jogou a culpa de tudo para *“a burocracia, uma praga que temos que combater todos os dias”*.

Também é comum depois uma ofensa, o autor tentar negar a existência ou a permanência da ameaça, através da confirmação da face positiva do ameaçado. Na prática, porém, o elogio pode acabar soando falso, seja por ser feito logo após uma crítica, seja pelo caráter excessivo. O excesso funciona como elemento de descrédito da fala. As críticas de José Alencar, por exemplo, perdiam força à medida que o vice as repetia. Da mesma forma, os elogios feitos por Rodrigues depois do ataque a Mantega, soaram excessivos. *“Recentemente viajei acompanhado do extraordinário ministro Furlan e do grande companheiro ministro Mantega...”*. O elogio também foi usado quando Mantega e Meirelles tentavam demonstrar sintonia, logo depois de o primeiro ter sido empossado no BNDES. *“O presidente Mantega é o homem certo, no lugar certo, na hora certa” disse Meirelles. “Tivemos uma relação extremamente produtiva, de cooperação e amizade” respondeu Mantega.*

7.3 – Abrindo parênteses (e a briga) para terceiros

Além das atitudes reparadoras do próprio ofensor, o fogo amigo político foi marcado pela intervenção de terceiros, pessoas que não participaram da interação conflituosa mas que, por pertencerem ao mesmo grupo e estarem preocupadas em cooperar para manter a impressão defendida pela equipe, intervêm. São dois objetivos principais: negar publicamente a existência do conflito e ordenar que ele deixe de existir. Esta última foi prática exclusiva do presidente Lula, único da equipe dotado de autoridade para tal. Na outra função, destacamos neste corpus, a atuação de Aloizio Mercadante, líder do governo no Senado, e Ricardo Berzoini, presidente do PT e, como nota destoante, José Alencar.

A equipe de comunicação do governo Lula determinou que, em casos de divergências entre pares, os outros integrantes da administração não podiam tomar partido de ninguém nem dar declarações públicas sobre o conflito. O objetivo era evitar bate-boca público e mais repercussão na mídia, ou na linguagem popular, não colocar mais lenha da fogueira. A ordem foi razoavelmente bem cumprida. Fugiram da regra o presidente Lula – por razões óbvias – e a briga pública entre Dilma e Palocci, o mais grave ato de ameaça à face do período do governo Lula analisado neste trabalho. Nesse episódio, Aloizio Mercadante, apesar de ser também um crítico da política econômica, ficou assustado com a proporção do incêndio ateadado por Dilma e vestiu uniforme de bombeiro: *“Não há nenhum tipo de briga. Há um diálogo e uma disputa sobre as concepções, como ocorre em todos os governos. Mas há situações nesse debate que ganha conotação inoportuna, como agora, em que Palocci sofre ataque frontal. O momento é muito delicado”*, ponderou num recado, quase um contra-ataque a Dilma.

As estratégias de reparação utilizadas por essas figuras externas são as mesmas adotadas pelo autor do AAF: negar a existência da discordância, minimizar o ato etc. A novidade não é o modo de fazer e sim quem está fazendo, é a participação de uma pessoa não é ofensor, nem ofendido, mas integrante e defensor da equipe.

Berzoini agiu na mesma linha. Mas deixou transparecer o quanto sua fala em favor de Palocci era mais para cumprir uma formalidade do cargo do que para expressar uma convicção real, esta sim, favorável a Dilma. Ele defendeu Palocci, culpou a oposição, mas no final disse que Dilma estava certa.

- A oposição perdeu a serenidade por causa das eleições. O Palocci tem credibilidade suficiente, não precisa de blindagem. A Dilma deu uma entrevista equilibrada. Está certa: temos que executar o Orçamento”.

Já José Alencar se manteve fiel à própria tradição: foi na contramão da própria equipe, reforçou as críticas de Dilma e abusou da contradição: *“Por minha experiência de vida, dou razão à ministra Dilma Roussef, porque tenho dito que o regime de juros no Brasil, especialmente no que diz respeito à taxa básica, à taxa Selic, do ponto de vista real, é a mais alta do mundo, é 10 vezes a taxa média de 40 países...O ministro Palocci está errado e tem de mudar de idéia. Esta política entrava o nosso desenvolvimento e está matando a economia.”* E depois de pôr mais lenha na fogueira, retomou o papel inicial e negou a existência do conflito entre os dois ministros: *“Vocês podem estar certos: não há nenhum desentendimento entre a ministra da Casa Civil e o ministro da Fazenda e do Planejamento”.*

A ordem para o cessar-fogo só poderia ser dada pelo comandante da equipe e essa atitude imperativa, a imposição de uma ordem – que ameaçaria gravemente a face negativa do ofensor – representaria uma novidade entre as estratégias já registradas. Mas no episódio Dilma-Palocci, Lula ficou dividido entre sedução de relaxar a política econômica para garantir maior crescimento e colher frutos eleitorais e a necessidade de manter Palocci, baluarte de credibilidade do governo perante o mercado, em meio à implosão causada pela crise política. Nesse contexto, a atuação de Lula foi lenta, hesitante, homeopática. Optou por estratégias de polidez positivas e manipulou elogios. Como explica Holmes (1995), o elogio é uma estratégia de polidez positiva que atribui crédito a alguém, mas para isso precisa ser valorizado tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. Só pode elogiar quem tem status igual ou superior ao do elogiado. Lula tinha esse poder e usou elogios públicos para tentar equilibrar o conflito entre Dilma e Palocci. Primeiro elogiou publicamente a ministra sem fazer o mesmo com Palocci. Depois, diante da insatisfação do ministro fez elogios rasgados a ele: *“Palocci é uma figura imprescindível para o Brasil. Todo mundo sabe o que ele significa para a economia brasileira”*. Só depois pediu que Dilma não fizesse mais críticas públicas à política econômica. *“Chega! O estrago dos últimos dias foi enorme”* e finalmente ordenou a paz: *“Não se discute economia pelos jornais. Não quero trombada pelos jornais. O governo nessa hora (de crise política) tem que ter uma posição de unidade”.*

A título de ilustração vale lembrar um raro episódio de fogo amigo entre os ministros que ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso e teve uma resposta bem diferente. Em setembro de 1999, o então ministro do Desenvolvimento, Clóvis

Carvalho, que havia sido titular da Casa Civil no primeiro governo FH, criticou a política econômica de Pedro Malan durante um seminário do PSDB. Carvalho afirmou que os ajustes não deveriam ser vistos como camisa de força e que o excesso de cautela podia virar sinônimo de covardia. Malan ouviu calado, mas foi reclamar com o chefe. No dia seguinte, Fernando Henrique demitiu Clóvis Carvalho, apesar de ser seu amigo pessoal e das tentativas do ministro de recuar das críticas e reparar a face do colega dando entrevistas para elogiar Malan. Fernando Henrique agiu em linha com a tese de que a equipe precisa apresentar uma definição única da situação, uma representação harmônica – pelo menos em público. Como no teatro, há um diretor para cobrar o comportamento dos outros integrantes da equipe. Foi o que fez FH.

Mais de um ano depois da briga Dilma-Palocci, no episódio envolvendo Guido Mantega e o Banco Central, a reação de Lula foi mais rápida, incisiva e se baseou em quatro movimentos: negou a existência da disputa, depois disse que se ela existisse seria eliminada por ele, a seguir justificou a existência da divergência e, por último, recitou a cartilha da equipe, que não admite dois discursos diferentes.

“Primeiro não tem disputa entre o Guido Mantega e o Banco Central. Não tem disputa. Se alguém tem divergência com alguém, essa divergência será dirimida pelo Presidente da República, ou seja, nem o Banco Central está lá para divergir do Guido nem o Guido está lá para divergir do Banco Central... Veja, às vezes uma divergência política aparece na imprensa como se fosse uma guerra e é uma simples divergência política. Graças a Deus, nós somos um país em que podemos ter pontos de vista diferentes sobre várias coisas... Veja, primeiro eu não conheço as posições e não tem que ter duas posições, tem que ter uma posição. Qual é a posição? É a do governo. E o Banco Central se enquadra, o Ministério da Fazenda se enquadra, eu me enquadro.

Nesse capítulo, vimos que o fogo amigo se organiza movimentos de ataque, contra-ataque e resposta ao contra-ataque, podendo envolver apenas os participantes diretos da interação ou também pessoas que não participam diretamente, mas são afetados por ela por pertencerem à mesma equipe dos brigões. Identificamos ainda as principais das estratégias das falas de fogo amigo, usadas na maioria dos casos para proteger ou reivindicar face para o autor da ameaça ou para a equipe, por meio de reparação à face colega ofendido. Para facilitar o entendimento, organizamos as estratégias por grupos, seguindo os movimentos do fogo amigo, ainda que tenhamos consciência que na prática nem sempre ocorram separadamente e, muitas vezes, acabem se sobrepondo umas às outras.